

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2016/2017

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000864/2016
DATA DE REGISTRO NO MTE: 10/10/2016
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR055569/2016
NÚMERO DO PROCESSO: 46208.009936/2016-46
DATA DO PROTOCOLO: 07/10/2016

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND EMPREGADOS DE AGENTES AUTONOMOS DO COM EST GOIAS, CNPJ n. 02.555.548/0001-23, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ARIOLDO CARVALHO VASCONCELOS;

E

FED NAC EMPRESAS SERVICOS CONTABEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERICIAS, INFORMACOES E PESQUISAS - FENACON, CNPJ n. 66.660.846/0001-66, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). IRINEU THOME;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017 e a data-base da categoria em 01º de julho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **de empregados de agentes autônomos de comércio do plano da CNTC**, com abrangência territorial em **Acreúna/GO, Aparecida do Rio Doce/GO, Aporé/GO, Cachoeira Alta/GO, Caçu/GO, Castelândia/GO, Chapadão do Céu/GO, Gouvelândia/GO, Inaciolândia/GO, Itajá/GO, Itarumã/GO, Jataí/GO, Lagoa Santa/GO, Mineiros/GO, Montividiu/GO, Paranaiguara/GO, Perolândia/GO, Porteirão/GO, Portelândia/GO, Quirinópolis/GO, Rio Verde/GO, Santa Helena de Goiás/GO, Santa Rita do Araguaia/GO, Santo Antônio da Barra/GO, São Simão/GO, Serranópolis/GO e Turvânia/GO.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica assegurado a todos os empregados representados pelo Sindicato conveniente um piso salarial de R\$ 950,00 (Novecentos e cinquenta reais) mensais.

PARÁGRAFO 1º - Se na aplicação do percentual incidente no mês de julho de 2016, de que trata a Cláusula do reajuste salarial desta Convenção, não resultar em valor igual ou superior ao piso salarial referido no *caput* desta Cláusula, a empresa complementarará o piso da categoria.

PARÁGRAFO 2º - Os empregados, excluídos os exercentes das funções de secretárias, de recepcionistas, de *Office-boy*, ou contínuo, de copa/cozinha, de serviços de limpeza e serviços gerais, admitidos no período de 01/07/2016 a 30/06/2017 farão jus ao piso acima estabelecido.

PARÁGRAFO 3º - Aos trabalhadores contratados com jornada de trabalho inferior a 220 (duzentas e vinte) horas mensais, o salário poderá ser proporcional à jornada contratada, assegurando-lhes, de qualquer modo, pagamento de salário nunca inferior ao salário mínimo.

PARÁGRAFO 4º – A partir de 1º de julho de 2011, os trabalhadores que foram contratados para trabalhar jornada de trabalho de 6 (seis) horas/dia, fica assegurado o direito adquirido o salário, vedado a aplicação do salário proporcional tratado no parágrafo anterior desta cláusula.

PARÁGRAFO 5º – Os trabalhadores contratados para laborar em jornada 12x36 ficam excluídos da jornada de trabalho proporcional de 6 (seis) horas/dia.

PARÁGRAFO 6º – A jornada de trabalho e o pagamento salarial proporcional a 6 (seis) horas somente serão válidos mediante o estabelecimento de acordo coletivo de trabalho firmado entre a empresa e o SEACOM, devendo constar no contrato de trabalho o quantitativo de horas a serem trabalhadas e havendo aquiescência do mesmo.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários fixos dos empregados de Agentes Autônomos do comércio em toda jurisdição, serão reajustados em 1º de julho de 2016 (DATA-BASE) em 8,8% (Oito vírgula oito por cento) aplicados sobre os salários vigentes em 1º de julho de 2015.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os reajustes automáticos, espontâneos ou compulsórios, havidos no período compreendido entre 01/08/2015 a 30/06/2016, poderão ser compensados. Para os admitidos após julho/2015, os salários serão reajustados proporcionalmente.

CLÁUSULA QUINTA - BASE DE CÁLCULO DO REAJUSTE

Para o empregado que percebe salário de parte fixa e variável, o reajuste incidirá sobre a primeira, excetuando-se os adicionais por tempo de serviço.

Pagamento de Salário Formas e Prazos

CLÁUSULA SEXTA - PRAZOS PARA PAGAMENTO DE SALÁRIO

Os salários deverão ser pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido. Se essa data limite for ultrapassada, incidirá o índice da correção monetária do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a

partir do dia 1º(Súmula nº 381 do TST).

Remuneração DSR

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

A remuneração do repouso semanal e dos feriados será paga ao comissionista, horista e ou diarista , sujeito a controles de frequência ou de produção, qualquer que seja o modo de aferição do trabalho pela empresa, nos termos da Lei no. 605, e do Enunciado nº 27, do TST.

Descontos Salariais

CLÁUSULA OITAVA - DESCONTOS DE PREJUÍZOS

É expressamente proibido descontar, o empregador, nos salários de seus empregados, qualquer valor relativo aos riscos da atividade econômica.

PARÁGRAFO 1º Considera-se risco de atividade econômica, dentre outras, deteriorização ou perecimento de mercadorias, diferenças de estoques, não causada pelo empregado, culposa ou dolosamente.

PARÁGRAFO 2º A comprovação cabal de culpa ou dolo do empregado, processado administrativamente com a assistência do mesmo, pelo SEACOM-GO, autoriza o desconto nos salários do mesmo.

PARÁGRAFO 3º Ante a exceção contida no art. 462 da CLT, não ofende o princípio da intangibilidade salarial o desconto efetuado pelo empregador no salário do empregado que, inobservando as exigências previstas nesta Convenção Coletiva de Trabalho, receber cheques que, posteriormente, sejam devolvidos por insuficiência de fundos, causando prejuízos ao empregador.

PARÁGRAFO 4º Documentalmente comprovadas, são causas de exclusão dos descontos correspondentes aos cheques devolvidos por insuficiência de fundos:

a) se, entre a realização da venda e a aceitação desta pela empresa ocorrer insolvência civil, liquidação extrajudicial ou falência do comprador;

b) autorização das vendas em conformidade com as normas da empresa e/ou aposição de *visto* por seu representante, gerente, administrador financeiro, tesoureiro ou preposto, nos cheques recebidos pelo vendedor;

PARÁGRAFO 5º A inobservância do disposto nesta cláusula sujeita o empregador a ressarcir ao empregado o valor descontado, com os acréscimos legais a partir da data do desconto.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA NONA - DAS COMISSÕES, SUAS INCIDÊNCIAS E CÁLCULOS

Os empregados comissionistas terão média salarial calculada sobre o montante auferido nos últimos 12(doze) meses para todos os efeitos legais (décimo-terceiro, salário, férias, hora extra, aviso prévio, verbas rescisórias etc).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS COMISSÕES

O empregado comissionista fica isento de qualquer responsabilidade pela inadimplência dos devedores das empresas nas vendas a prazo, não podendo perder suas comissões, desde que as vendas sejam efetivadas no cumprimento das normas estabelecidas pelas empresas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Aplica-se, no que couberem, aos comissionistas, as normas previstas nas alíneas "a" e "b", do §4º, da Cláusula 8ª desta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CTPS E COMPROVANTE DE SALÁRIO

Os empregadores se obrigam a anotar na Carteira de Trabalho do empregado, a função exercida e a fornecer comprovante de pagamento de salários, discriminados, com a identificação da empresa e o valor dos depósitos do FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES VIGENTES E DA COMPENSAÇÃO SUPERVENIENTE

Ficam mantidas as condições e os termos vigentes, as vantagens, as obrigações e demais normas regulamentares estabelecidas em sentenças normativas e acordos, desde que não colidam com o estabelecido na presente convenção, observado o disposto na Cláusula que trata do reajuste salarial desta Convenção.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extras serão remuneradas com acréscimo de 50% (Cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SEGURO DE VIDA

As empresas se obrigam a contratar e manter seguro de vida, sem ônus para todos os empregados abrangidos por este instrumento coletivo, cujo valor mínimo de cobertura é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em caso de morte e/ou invalidez.

• Morte por qualquer causa	R\$ 5.000,00
• Morte Acidental –IEA	R\$ 5.000,00
• Invalidez Acidental total ou parcial por Acidente -IPA	R\$ 5.000,00
• Invalidez por Doença IPDF	R\$ 5.000,00
• Morte de Cônjuge	R\$ 2.500,00
• Morte de filhos (por filho)	R\$ 1.250,00
• Invalidez congênita de filhos (por filho)	R\$ 1.250,00
• Cesta básica (06 cestas de R\$ 100,00 cada)	R\$ 600,00
• Kit Natalidade	R\$ 800,00
• Auxílio Bebê	R\$ 300,00
• Assistência Funeral	R\$ 3.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO: O SEACOM E SESCON-SUDOESTE GOIANO, estará estipulando apólice de seguro junto a Seguradora de renomada especialização com coberturas adequadas a presente Convenção Coletiva de Trabalho. Fica facultada às Empresas a adesão à apólice estipulada pelo SEACOM E SESCON SUDOESTE GOIANO ou a contratação com a Seguradora de sua preferência, desde que as coberturas e garantias mínimas estabelecidas na presente Cláusula. As empresas se obrigam a apresentar comprovante de adesão e pagamento do citado seguro no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, após a publicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO

As rescisões contratuais dos empregados dispensados e que tenham 12 (doze) meses ou mais de serviços prestados na mesma empresa serão homologados no SEACOM-GO, e deverão ser apresentados os documentos exigidos pela Ementa nº 4, baixada pela Secretaria de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, ou por outra Ementa daquele órgão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro (art. 477, §4º da CLT). Podendo ainda, de acordo com a instrução normativa 02/92 do MTE, o pagamento ser efetuado através de depósito bancário, comprovado, em conta corrente do empregado, ordem bancária de pagamento ou ordem bancária de crédito, desde que o estabelecimento bancário esteja situado na mesma cidade do local de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando o empregador fornecer o aviso prévio, fixará a data com local, dia e horário do acerto das verbas rescisórias (para empregado com menos de 01 (um) ano de serviço na

empresa) ou no SEACOM-GO (para empregado com 01 (um) ano ou mais de serviço na empresa), o qual deverá ter o ciente do empregado nas duas vias.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em caso de não comparecimento do empregado para o acerto previsto em Lei ou em caso de força maior, ficará o empregador isento da multa prevista nesta Cláusula, desde que comprove perante o SEACOM-GO, ter fornecido o aviso prévio na forma exigida pelo parágrafo 2º e em seguida terá declaração do Departamento de Homologação do SEACOM-GO isentando da multa.

PARÁGRAFO QUARTO – O aviso prévio concedido para ser cumprido em casa, equiparar-se-á a dispensa do aviso prévio, sendo devido o pagamento do aviso prévio indenizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - EXAME DEMISSSIONAL

Fica estabelecido nesta convenção, que as empresas vinculadas ao SESCON SUDOESTE GOIANO enquadradas no grau de risco 1 e 2, segundo o quadro 1 da NR 4, poderão ser dispensadas, mediante acordo coletivo, da realização do exame demissional de seus empregados se tiverem realizado o último exame médico ocupacional em até 270 dias, conforme previsto no item 7.4.3.5 e 7.4.3.5.1 da NR nº 07, Portaria 3.214/78 do MTE, da Lei nº 6.514/77.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CARTA DE REFERÊNCIA OU APRESENTAÇÃO

Quando solicitado pelo empregado por escrito, o empregador fornecerá declaração, no ato da rescisão de contrato ou homologação, exceto na demissão por justa causa.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Geral

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Estando o empregado assegurado pela estabilidade provisória de que tratam as cláusulas da gestante e do acidentado, é proibido ao empregador conceder-lhe aviso prévio, salvo quando for de interesse do próprio empregado.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE

À empregada gestante é assegurada a estabilidade provisória de 30 (trinta) dias, a contar do primeiro dia imediato, a que se refere o art. 10, II, *b*, do ADCT da CF/88 (Súmula 244, TST).

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ESTABILIDADE POR ACIDENTE

Fica assegurada a estabilidade provisória prevista no art.118 da Lei nº 8..213, de 24/07/91, ao empregado afastado por motivo de acidente de trabalho.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA JORNADA DE TRABALHO ESPECIAL DE 12 X 36 HORAS

Será admitida na categoria a jornada especial, compreendendo 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

PARÁGRAFO ÚNICO – Considera-se remunerado o trabalho realizado aos domingos e feriados que coincidam com a referida escala, face a natural compensação das 36 (Trinta e seis) horas seguintes, destinadas a descanso.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

A empresa poderá firmar acordo de compensação de jornada de trabalho, observados os seguintes critérios:

I. A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito com o empregado ou mediante acordo coletivo firmado com o SEACOM.

II. O acordo individual para compensação de horas só é válido se a empresa comunicar, por escrito, o fato ao SEACOM, com antecedência de até 5 (cinco) dias.

III. O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quanto à comunicação escrita ao SEACOM, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.

IV. A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas

extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário.

V. As disposições contidas nesta cláusula não se aplicam ao regime compensatório na modalidade “banco de horas”, que somente pode ser instituído por acordo coletivo de trabalho com o SEACOM.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FORNECIMENTO DE LANCHE

Os empregadores fornecerão gratuitamente, lanches aos seus empregados, convocados para prestação de serviços extraordinários, excluído o previsto na cláusula que trata da jornada de 12x36, constituído no mínimo de 01 (um) pão de sal de 50 gramas, manteiga, café e leite.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VESTIBULAR-FALTA JUSTIFICADA

O empregado que se submeter a exames vestibulares até o limite de 3 (três) inscrições por semestre em universidades, faculdades ou centros de ensino superior, terá abonadas as suas faltas nos dias de prova, desde que avisada a empresa com 72 (setenta e duas) horas de antecedência e mediante comprovação de comparecimento por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ACOMPANHAMENTO AO MÉDICO-FILHO MENOR

Assegura-se o direito a falta remunerada de até 01 (um) dias por semestre a um empregado responsável pela criança de até 10 (dez) anos de idade para levar ao médico, mediante comprovação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, conforme o Precedente Normativo (positivo) nº 95, do TST. O direito se restringe-se ao empregado que detenha a condição de pai ou mãe do menor, não podendo ser concedido concomitantemente a ambos os genitores que trabalhem na mesma empresa.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FERIADO DA CATEGORIA

Fica assegurado aos empregados representados por este Sindicato, em virtude da Lei que regulamentou a profissão de “Comerciário”, que o feriado atribuído a Categoria será comemorado segunda feira de carnaval de 2017.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA FÉRIAS FRACIONADAS

Fica facultado às empresas e seus empregados a adoção de férias fracionadas, desde que cada período de gozo não seja inferior a 15 (quinze) dias consecutivos, ficando inclusive, facultado o gozo de férias a cada 06 (seis) meses trabalhados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Em caso de fracionamento de férias, o empregado dará quitação ao seu empregador dos dias recebidos e gozados.

PARÁGRAFO SEGUNDO — O gozo das férias não poderá iniciar em dia de repouso semanal, feriado ou dia útil em que o empregado estiver em gozo de compensação de horas suplementares laboradas.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Os empregadores deverão efetuar o pagamento das férias em até 02 (dois) dias antes do início de gozo das mesmas, sob pena de cancelamento das férias previamente ajustadas.

PARÁGRAFO QUARTO - As demais normas inerentes às férias previstas na CLT ficam inalteradas.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO UNIFORME E OUTROS EQUIPAMENTOS

O uniforme e outros equipamentos obrigatórios ao exercício regular da atividade serão fornecidos pelo empregador e são de sua propriedade, estando o empregado obrigado a mantê-los sob sua guarda e devolvê-los na situação que se encontrarem, sempre que solicitados.

Exames Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EXAMES MÉDICOS

Fica determinado que os gastos com exames admissional, demissional e médicos, abreuografia e suas revalidações correrão por parte da empresa (item 7.1 da portaria nº. 3.214/78).

Relações Sindicais

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PARTICIPAÇÃO DOS DELEGADOS DO SINDICATO EM ENCONTRO SINDICAL

As empresas considerarão como licença remunerada o tempo em que os Delegados do Sindicato Conveniente, legalmente designados em Assembleia Geral, se ausentarem do serviço em número não superior a 4(quatro) dias úteis por ano, para participação em congressos, seminários, convenções e encontros de natureza sindical.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

As empresas se obrigam a descontar em folha de pagamento dos empregados sindicalizados, desde que por eles devidamente autorizados nos termos do art.545 da CLT, as mensalidades a favor do Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos de Comércio do Estado de Goiás, quando por este notificada, e que serão pagas diretamente ao Sindicato através de pessoa devidamente credenciada por este, a qual comparecerá a empresa para recebimento e quitação até o 5º(quinto) dia do mês subsequente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/05/2016, as empresas estão obrigadas a descontar dos salários de todos os seus empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de Goiás, a favor do Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de Goiás, a importância correspondente a 9%(nove por cento) dividida em 3(Três) parcelas de 3%(três por cento) cada, cuja verba será destinada ao custeio do funcionamento do Sindicato, de acordo com as necessidades da categoria.

PARÁGRAFO 1º - Os descontos previstos nesta cláusula deverão ser efetuados nos meses de julho/2016, em janeiro/2017 e maio/2017, sobre a remuneração bruta mensal, limitando-se ao teto de R\$ 100,00 (Cem reais) para cada desconto, e o recolhimento dos respectivos valores, até o dia 10/08/2016, em 09/02/2017 e 08/06/2017, nas agências da Caixa Econômica Federal - Agência 012, operação 003, conta nº 3169-0, sob pena de sanções legais. Desse valor, o Sindicato repassará 11%(onze por cento) à Federação dos Trabalhadores no Comércio nos Estados de Goiás e Tocantins.

PARÁGRAFO 2º - Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto, serão descontados no primeiro mês seguinte ao do reinício do trabalho, procedendo-se o recolhimento até o sétimo dia útil do mês imediato.

PARÁGRAFO 3º - As guias próprias para o recolhimento dos valores descontados serão fornecidas pelo SEACOM-GO, ao qual será, devolvida uma via, com autenticação mecânica do agente arrecadador.

PARÁGRAFO 4º - Os empregados admitidos após 1º de julho de 2016 estão sujeitos ao desconto previsto no "caput" desta cláusula, devendo o mesmo ser efetivado na remuneração do mês de contratação, obedecidos aos prazos de recolhimento já previstos no §2º desta cláusula, desde que não tenha contribuído para o SEACOM-GO em outro emprego no ano de 2016 e 2017.

PARÁGRAFO 5º - O recolhimento efetuado fora dos prazos previstos nesta cláusula, obrigará o empregador ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) acrescido de 1% (um por cento) de juros por

mês subsequente de atraso, além de correção monetária, se houver alteração na atual política econômica.

PARÁGRAFO 6º - Conforme Termo de Ajustamento de Conduta nº 01/1997 com revisão nº 0062/2011, firmado com o Ministério Público do Trabalho, será garantido o direito de oposição ao desconto das contribuições assistencial e ou negocial, aos empregados não filiados ao sindicato profissional, devendo os empregados interessados manifestarem-se, por qualquer meio eficaz de comunicação escrita, inclusive correio eletrônico (e-mail), até 20 (vinte) dias após a efetivação dos respectivos descontos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RELAÇÃO DE CONTRIBUINTE

As empresas abrangidas pela presente Convenção ficam obrigadas a encaminhar ao SEACOM-GO, dentro de 15(quinze) dias contados da data do recolhimento da Contribuição Sindical de seus empregados, relação nominal dos empregados contribuintes, indicando a função de cada um, o salário percebido no mês a que corresponde à contribuição, e o respectivo valor recolhido, a relação constante nesta cláusula poderá ser substituída pela cópia da folha de pagamento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/CONFEDERATIVA PATRONAL

É devida a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/CONFEDERATIVA PATRONAL, prevista no artigo 8º inciso IV da Constituição Federal, Assistencial Art. 513 fixada em Assembleia Geral, realizada em 30/06/2016.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

As empresas encaminharão à entidade sindical patronal conveniente cópia da guia de recolhimento da contribuição sindical patronal (art. 578 da C.L.T.) a que se refere o exercício em curso, acompanhada de cópia de seu contrato social vigente, no prazo máximo de 30(trinta) dias após a assinatura da presente convenção.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DIVERGÊNCIAS

As controvérsias, dúvidas e divergências relativas às cláusulas ora convencionadas serão dirimidas em conciliação entre as diretorias das entidades convenientes, por intermédio da Delegacia Regional do Trabalho e/ou através da Justiça do Trabalho.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - MULTA POR VIOLAÇÃO

Em caso de violação de qualquer dispositivo constante dessa Convenção, fica estabelecida a multa correspondente a 1/3 (um terço) de um dia de salário para o empregado e para a empresa.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - RENEGOCIAÇÃO

As partes poderão rever esta Convenção em seu todo ou em parte, imediatamente a qualquer modificação ou alteração que venha ocorrer na legislação trabalhista, e, em especial no que concerne à reforma da legislação sindical.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS-HIPÓTESES DE CABIMENTO

I - Na Justiça do Trabalho, em dissídios individuais, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca inferiores a 15% (quinze por cento) e superiores a 20% (vinte por cento), não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida pelo SEACOM e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.

II - É cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca inferiores a 15% (quinze por cento) e superiores a 20% (vinte por cento), em ação rescisória no processo trabalhista.

III – São devidos os honorários advocatícios nas causas em que o SEACOM figure como substituto processual e nas lides que não derivem da relação de emprego, à base de 15% (quinze por cento).

IV – São devidos honorários advocatícios, nunca inferiores a 15% (quinze por cento) e superiores a 20% (vinte por cento), nas ações de cobranças de contribuições sindicais ajuizadas perante a Justiça do Trabalho por SEACOM e SESCON Sudoeste Goiano, para fazer face a custeios sindicais (contribuições sindicais, assistenciais e confederativas);

V – Quando houver sucumbência, e em razão da sua natureza jurídica de dissídio coletivo, são devidos honorários advocatícios, nunca inferior a 20% (vinte por cento), nas ações propostas por SEACOM e SESCON Sudoeste Goiano que tenham por objeto matérias alusivas às respectivas representatividades sindicais, a saber: enquadramento de empregados e empresas em Holdings, Participações, Pesquisas, Informações, Perícias, violação ao princípio de unicidade sindical, invasão de base territorial etc.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - EMPREGADOS DE HOLDINGS

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com a *Holding* tomadora dos serviços.

II - A utilização irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com a empresa administrada pela *Holding*, e sim com esta, porque é quem, de fato, administra o grupo econômico e a quem o empregado acha-se subordinado e, diretamente, obedecendo ordens (poder diretivo e disciplinar);

III - Forma vínculo de emprego com a *Holding* os trabalhadores da empresa interposta, ou do grupo econômico, que, na *holding*, executa os serviços gerais de escritório, tais como a separação e classificação de documentos e correspondência, transcrição de dados, lançamentos, prestação de informações, participação na organização de arquivos e fichários e datilografia de cartas, minutas e outros textos, seguindo processos e rotinas estabelecidas e valendo-se de sua experiência, para atender às necessidades administrativas, tais como: coleta dados diversos, consultando documentos, transcrições, arquivos e fichários, e efetuando cálculos com o auxílio de máquinas de calcular, para obter as informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa; efetua lançamentos em livros fiscais, registrando os comprovantes de transcrições comerciais, para permitir o controle da documentação e consulta da fiscalização; participa da atualização de fichários e arquivos, classificando os documentos por matéria ou ordem alfabética, para possibilitar um controle sistemático dos mesmos; participa do controle de requisição e recebimento do material de escritório, providenciando os formulários de solicitação e acompanhando o recebimento, para manter o nível de material necessário ao setor de trabalho; datilografa textos diversos, transcrevendo originais, manuscritos ou impressos e preenchendo formulários e fichas, para atender às rotinas administrativas; atende a chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados e dados de rotina, para obter ou fornecer informações. Pode operar máquinas de duplicação de documentos, como foto reveladoras, xerox e mimeógrafo. Pode controlar as condições de máquinas, instalações e dependências, observando seu estado de conservação e uso, para providenciar, se necessário, reparo, manutenção ou limpeza.

IV – Presumem-se empregados de *Holdings* e/ou das empresas de Participações, os trabalhadores das empresas do grupo econômico que, embora contratados por estas, estejam à disposição daquelas para executar as seguintes tarefas: examinar a correspondência que lhes é encaminhada, analisando-a e reunindo as informações necessárias, para redigir e enviar respostas; prepara a correspondência rotineira, consultando registros ou outros dados necessários, para atender às exigências do processo informativo da *holding*; conferir a documentação, efetuando os cálculos necessários, para fazer os respectivos lançamentos; entra em contato com os clientes que procuram os serviços rotineiros da empresa, comunicando-se diretamente com essas pessoas, para lhes prestar o atendimento cabível; analisa e verifica os relatórios diários referentes à abertura e conferência de saldo mínimo de conta corrente, limite excedido de cheque especial, solicitação de resgate de aplicações, liquidação e revisão das operações de crédito, objetivando resolver questões da área operacional; efetua transações de aplicações e resgates em investimentos, seja no formulário ou no registro diretamente no terminal, a fim de orientar e apresentar os serviços oferecidos pelo banco; opera máquinas simples de escritório, como de datilografia, calculadora, xerox e outras, manipulando-as, para preencher formulários, efetuar registros e cálculos e obter cópias de documentos; efetua registros em livros, como recebimentos, conferência de cheques, pagamentos e outras transações financeiras, agindo de acordo com a técnica requerida, para possibilitar o controle dessas transações; faz sumários de transações e outros relatórios, preparando-os de acordo com as normas exigidas, para apresentá-los aos superiores; completa formulários, preenchendo-os de acordo com normas estabelecidas, para atender às necessidades de serviços; presta informações de rotina bancária, atentando para as chamadas telefônicas, a fim de atender a solicitações dos clientes do estabelecimento; arquivava correspondência, requisições, formulários e outros documentos, dispondo-os em ordem cronológica e alfabética e por ordem de data de vencimento, para facilitar o controle e a consulta desses documentos.

VI - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte da *Holding*, implica a responsabilidade subsidiária da fornecedora da mão de obra quanto àquelas obrigações, desde que comprovada que a

mesma pertence ao grupo econômico administrado pela empresa de participação.

VII - As empresas integrantes do grupo administrado pela *Holding* direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item VI, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações trabalhistas.

VIII – A responsabilidade subsidiária abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - PENHORA DE DINHEIRO

Salvo o disposto na Orientação Jurisprudencial nº 60 da SDI-2 do TST), se as empresas abrangidas pela presente Convenção dispuserem elementos que demonstrem situação financeira precária que se encontra e que a manutenção da penhora fixada pelo Juízo inviabilizará seu funcionamento, fica acordado que a execução deve ocorrer pelo modo menos gravoso da executada.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICIDADE DA CCT

As partes se obrigam a promover ampla publicidade dos termos desta convenção coletiva de trabalho.

E, por estarem assim justos e convencionados, firmam a presente em tantas vias quantas necessárias para os efeitos legais.

Goiânia, 25 de julho de 2016.

ARIOLDO CARVALHO VASCONCELOS
Presidente
SIND EMPREGADOS DE AGENTES AUTONOMOS DO COM EST GOIAS

IRINEU THOME
Vice-Presidente
FED NAC EMPRESAS SERVICOS CONTABEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,
PERICIAS, INFORMACOES E PESQUISAS - FENACON

ANEXOS

ANEXO I - RELAÇÃO DE EMPRESAS AS QUAIS SE APLICAM A PRESENTE CONVENÇÃO COLETIVA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho se aplicará obrigatoriamente em todas as relações de emprego abrangidas pelo sindicato representante da categoria econômica (SESCON Sudoeste Goiano) e empresas integrantes do Ordenamento Sindical do Grupo Terceiro da Confederação Nacional do Comércio –CNC -, e pelo sindicato representante dos empregados (SEACOM) pertencentes ao 2o Grupo da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC -, abrangidos pelas seguintes empresas, bem como, as demais que vierem integrar as referidas categorias por ampliação ou desmembramento, na forma da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT:

I - Empresas e Escritórios de Serviços Contábeis e Fiscais (organizados ou não sob forma de pessoa jurídica)

01. Empresas de Contabilidade
02. Escritórios Fisco-Contábeis Autônomos
03. Empresas de Auditoria
04. Escritórios de Auditoria Autônomos
05. Empresas de Assessoria e Consultoria Contábil
06. Escritórios de Assessoria e Consultoria Contábil Autônomos
07. Empresas de Assessoramento Contábil
08. Empresas de Perícias Contábeis
09. Empresas de Informações Contábeis
10. Empresas de Pesquisas Contábeis

II- Empresas e Escritórios de Assessoria e Assistência

11. Assessoria e importação e exportação e aduaneira
12. Assessoria de marketing e merchandising
13. Assessoria e assistência gerencial, econômica, financeira e fiscal
14. Assessoria e planejamento fiscal e contábil
15. Assessoria na área de crédito
16. Assessoria e assistência técnica rural
17. Assessoria da previdência privada
18. Assistência automobilística
19. Assistência e orientação a cooperativas habitacionais e agropecuárias

20. Assistência e projetos de cozinhas
21. Assistência e projetos agropecuários
22. Assistência e projetos de urbanização
23. Assistência e projetos de viabilidade técnica econômica
24. Assistência e projetos de topografia, aerolevanteamento e aerofotografia
25. Assistência e projetos de reflorestamento
26. Assistência e projetos de prospecção geofísica
27. Assistência e projetos na área de telecomunicações
28. Assistência e projetos urbanísticos e estudos ambientais
29. Assistência técnica de aparelhos e equipamentos
30. Assistência empresarial e gerencial

III- Empresas e Escritórios de Perícias e Avaliações

31. Avaliações de empresas
32. Avaliações patrimoniais
33. Engenharia de avaliações
34. Avaliações e regularização de avarias marítimas
35. Perícias judiciais, trabalhistas e contábeis
36. Controle patrimonial

IV- Empresas e Escritórios de Consultoria

37. Consultoria empresarial
38. Consultoria na área de informática (desmembrada)
39. Consultoria técnica e imobiliária (desmembrada)
40. Consultoria financeira, econômica e fiscal

V- Sociedade de Advogados

VI- Empresas e Escritórios de Administração

41. Administração de crédito
42. Administração de convênios

- 43. Administração de vale-transporte
- 44. Administração de vale-refeições (através de tíquete)
- 45. Administração empresarial
- 46. Administração de cartão de crédito
- 47. Administração de transporte e serviços portuários
- 48. Administração de clubes
- 49. Administração de recursos públicos
- 50. Administração de estradas e rodovias com cobrança de pedágio

VII- Empresas e Escritórios de Organização e Coordenação

- 51. Organização de eventos
- 52. Exposições e feiras
- 53. Organização e promoção de venda de cartões de instituições e clubes
- 54. Organização e promoção de vendas de contratos de assistência técnica
- 55. Promoção de vendas e mala-direta
- 56. Organização e promoção de congressos e eventos

VIII- Empresas e Escritórios de Serviços

- 57. Serviços de cópias e fotocópias
- 58. Serviços de documentação e microfilmagem
- 59. Serviços de urbanismo, ajardinamento e ornamentos
- 60. Serviços de consertos em geral
- 61. Serviços de cobrança extrajudicial
- 62. Recursos humanos, seleção, recrutamento, treinamento e desenvolvimento
- 63. Agências de serviços terceirizados pela EBCT
- 64. Aerofotografia
- 65. Aerolevanteamento

IX- Associações, Clubes, Entidades Cooperativas

- 66. Clubes de proteção ao crédito

67. Clubes de diretores lojistas
68. Associações comerciais, industriais e de serviços
69. Associações de criadores rurais e de ruralistas
70. Câmaras de indústria, comércio e serviços
71. Sociedades civis e militares
72. Clubes de serviços
73. Centrais de abastecimento
74. Centrais de produtores rurais
75. Companhias de desenvolvimento
76. Bolsa de valores e mercadorias
77. Cooperativas de serviços e trabalho profissional (exceto serviços médicos e odontológicos)
78. Cooperativas habitacionais
79. Partidos políticos
80. Serviços de apoio a empresas

X- Agências de Informações e Pesquisas

81. Agências de Informações e pesquisas
82. Agências de colocação de fretes (centrais de fretes)
83. Agências de colocação de mão-de-obra (inclusive temporária)
84. Agências de marcas e patentes
85. Agências de recursos humanos

XI- Holdings Societárias e Fundos Mútuos

86. Participações societárias
87. Administração patrimonial (exceto bens imóveis)
88. Administração de ações e quotas
89. Administração de bens e negócios (exceto de veículos)
90. Administração de fundos mútuos e de previdência privada

ANEXO II - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.